

O que a Comissão Europeia nos diz...



**Manuel
Reis Campos**

Presidente da
AICCOPN
— Associação
dos Industriais da
Construção Civil
e Obras Públicas

Na semana passada, foi publicado o Relatório da Comissão Europeia para Portugal sobre a avaliação da situação económica e social, no qual Bruxelas identifica os 14 obstáculos ao investimento no nosso País, num conjunto de 19 barreiras que são elencadas. Ora, o resultado coloca-nos como o terceiro País da União Europeia com mais entraves ao investimento. Não obstante a Comissão reconheça muitos dos avanços que têm vindo a ser concretizados nos últimos tempos, esta é uma situação preocupante que põe em causa a tão necessária convergência com a restante Europa.

Neste âmbito, evidenciamos três dos mais importantes desafios identificados pela Comissão, que Portugal tem de vencer a curto prazo e que condicionam diretamente o nosso setor de atividade: investimento público, justiça e mercado do trabalho.

Desde logo, a necessidade de um maior investimento em infraestruturas de transportes, sobretudo no que se refere às áreas portuária e ferroviária. Neste ponto, a Comissão Europeia é perentória ao afirmar que é necessário potenciar a localização geoestratégica do nosso País, que se apresenta como um ponto fulcral entre África, a América do Sul e o Mercado Único Europeu. Este está longe de ser um aspeto novo. É, na verdade uma matéria consensual que já constava, em 2014, do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2020, aprovado pelo anterior Governo. Em 2015, o atual

Governo reconheceu este Plano e assumiu os Projetos que o mesmo identificava. Hoje, o Programa Nacional de Investimentos (PNI) 2030 está em discussão na Assembleia da República, propondo-se a sua aprovação por uma maioria parlamentar de dois terços. Não há, por isso, razões para que o nosso País não possa corresponder a este repto lançado pela Comissão Europeia.

De igual modo, a carga administrativa associada a um ambiente regulatório desajustado é outra das matérias apontada. Com efeito, se a simplificação constitui um dos objetivos prioritários a alcançar, designadamente por via dos contributos dados pela Comissão para a Modernização Administrativa, há que criar alternativas ao recurso aos tribunais, como é o caso da arbitragem, cabendo à administração pública dar o exemplo neste processo. A regulação do mercado é igualmente importante, pelo que é fundamental promover condições para que as empresas possam competir num "ambiente" salutar, que se pretende concorrencial e no qual não pode haver lugar a situações de trabalho clandestino.

O terceiro desafio que destacamos, e que é, igualmente, crítico para a competitividade das empresas, diz respeito ao mercado de trabalho. O nosso País e, em particular as empresas do Setor da Construção e do Imobiliário, estão confrontados com um cenário de escassez de mão-de-obra especializada. Com efeito, é evidente que o nosso Setor está em recuperação, a qual tem de ser acompanhada por um processo de modernização e de valorização das profissões. Nesta situação, não nos podemos esquecer que os Centros de Formação, de Rede Setorial, adstritos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, têm as potencialidades formativas adequadas para promover os cursos de forma integral. Por isso, a sua missão deve ser devidamente reconhecida.

Estão em causa, três vetores, para os quais, como vimos, existem soluções, pelo que não há razão para que Portugal continue a ser penalizado, quando se trata de atrair o imprescindível investimento

A regulação do
mercado é igualmente
importante, pelo
que é fundamental
promover condições para
que as empresas
possam competir num
"ambiente" salutar, que se
pretende concorrencial